

A importância da abordagem das capacitações para análise de pobreza multidimensional

Ana Maria Lopes Tigre¹

Dyeggo Rocha Guedes²

Resumo

Há algum tempo as abordagens teóricas de diversos campos das ciências sociais reconhecem que a insuficiência de renda é apenas um dos elementos que compõem o panorama da pobreza. Portanto, restringir a sua mensuração exclusivamente à perspectiva da renda limita a compreensão abrangente do problema. A partir dessas questões, o principal objetivo deste trabalho é fornecer uma análise da pobreza multidimensional com base na abordagem das capacitações de Amartya Sen, destacando os desafios metodológicos associados à sua mensuração a partir dessa perspectiva. São destacados também (i) o aprimoramento em relação à conceitualização e mensuração da pobreza, (ii) o caráter multidimensional da pobreza, e (iii) a abordagem das capacitações como suporte teórico para captar situações de pobreza multidimensional. Os resultados do trabalho indicam que a pobreza é o acúmulo sucessivo de privações e que não existe uma única forma para medir a pobreza. Desse modo, é assertivo utilizar mais de uma medida, uma vez que essa estratégia permite capturar um conjunto de informações sobre situações de privações que auxiliam na indicação da pobreza para além da dimensão da renda.

Palavras-chaves: Pobreza multidimensional. Capacitações. Mensuração.

Abstract

For some time now, theoretical approaches from different fields of social sciences have recognized that insufficient income is just one of the elements that make up the panorama of poverty. Therefore, restricting its measurement exclusively to the income perspective limits a comprehensive understanding of the problem. Based on these questions, the main objective of this work is to provide an analysis of multidimensional poverty based on Amartya Sen's capabilities approach, highlighting the methodological challenges associated with measuring it from this perspective. Also highlighted are (i) the improvement in relation to the conceptualization and measurement of poverty, (ii) the multidimensional character of poverty, and (iii) the capabilities approach as theoretical support to capture situations of multidimensional poverty. The results of the work indicate that poverty is the successive accumulation of deprivations and that there is no single way to measure poverty. Therefore, it is assertive to use more than one measure, since this strategy allows capturing a set of information about situations of deprivation that helps to indicate poverty beyond the income dimension.

Keywords: Multidimensional poverty. Capabilities. Measurement.

¹ Formada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. Mestranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. E-mail: a271171@dac.unicamp.br.

² Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. E-mail: dyeggorgues@unifesspa.edu.br.

Introdução

A pobreza é um dos grandes desafios das nações que buscam melhorias econômicas, sociais e regionais com o objetivo de garantir o desenvolvimento. Ao longo da história, a pobreza foi tratada a partir da renda e mensurada de uma perspectiva unidimensional, ou seja, através de um único método. Nessas abordagens, a compreensão e mensuração da pobreza operam sob os fundamentos de que a explicação ocorre em detrimento dos recursos monetários. Para a abordagem das capacitações, a renda é apenas uma das dimensões do fenômeno da pobreza, e considerá-la como o único fator de impacto pode conduzir a imprecisões na análise.

No âmbito internacional, a pobreza, seus determinantes e suas consequências estão colocados como uma das principais preocupações dos países. No início dos anos 2000, na Cúpula do Milênio das Nações Unidas, após a adoção da Declaração do Milênio das Nações, foram estabelecidos globalmente 8 metas para o desenvolvimento, sendo a erradicação da extrema pobreza e da fome a primeira delas (Ipea, 2014). O Relatório nacional de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontou que o Brasil foi além em seus objetivos e estabeleceu para o ODM que, até 2015, reduziria a pobreza extrema a um quarto do nível de 1990, e até 2015, erradicaria a fome – compromissos presentes no ODM 1, Meta A.

Após os ODM's, desde 2015, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e uma “Agenda 2030” que visa, em caráter global, alcançar os objetivos estipulados por meio dos desdobramentos em 169 metas. Os ODS 1 e 2 se referem ao ODM 1. Enquanto o ODS 1 refere-se à erradicação da pobreza, pois visa acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, o segundo refere-se à questão da fome, pois visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Ambos visam contribuir para que seja alcançado o desenvolvimento sustentável global.

No âmbito nacional, a Constituição Federal brasileira no Art. 3, Inciso III, destaca como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (Brasil, 1988). Esse cenário supracitado evidencia a preocupação quanto às situações de pobreza nas últimas décadas no País. As principais estatísticas de monitoramento apontam para uma melhora no quadro de combate à pobreza e desigualdades no Brasil a partir das décadas de 1990 até 2010³.

Entretanto, o agravamento da pobreza que foi evidenciado principalmente após a pandemia da Covid-19, torna preocupante o cenário, pois os indicadores retornaram para patamares

³ Trajetória dos indicadores disponíveis para consulta no site do Atlas Brasil. Disponível em: <Link>. Ver também os dados apresentados pela Oxfam (2021) e o *Ranking* do IDHM disponível no site do Atlas Brasil.

equivalentes aos de meados dos anos 2000 (Oxfam, 2021). A piora dos indicadores conforme apresentados nos dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, elaborado pela Rede Penssan, com apoio da Oxfam Brasil, em 2021, apontam que, em média, 15% dos brasileiros estão abaixo da linha da pobreza, mas o percentual chega a 21% no Nordeste, e 25% no Norte. Chamando atenção para a existência de uma forte concentração de pobreza nos municípios da Região Norte.

Nesse sentido, nota-se que alcançar e garantir a superação da pobreza frente aos ODS 1 e 2, e aos 17 objetivos totais, se apresenta como um desafio ainda maior quando se trata do âmbito regional. Segundo o documento sobre Desenvolvimento Humano nas Macrorregiões Brasileiras de 2016⁴, apenas quatro municípios da Região Norte estão acima da média do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) pela categoria Renda, sendo esses: Palmas (TO), Porto Velho (RO), Paraíso do Tocantins (TO) e Belém (PA). No quesito IDHM pela categoria Educação, em 2010, 51% dos municípios da Região Norte ainda apresentavam a classificação Muito Baixo, ou seja, a pobreza educacional compõe e impacta a realidade de mais da metade da população.

Reconhecendo a importância desse tema, esse trabalho busca analisar a questão da pobreza do ponto de vista multidimensional, a partir da abordagem de “*capability*” (tradução literal informal: capacidade) de Amartya Sen⁵. Nessa abordagem de pobreza, que prioriza os aspectos multidimensionais, a incorporação das perspectivas de privações, a partir das capacitações, auxilia na caracterização e na mensuração da pobreza. A operacionalidade da teoria envolve vários elementos complexos, mas em última instância trata-se de uma captação de um conjunto de informações por meio de vários indicadores que estão relacionados ao acúmulo sucessivo de privações a nível de indivíduo.

Esse tipo de fundamentação assume que as situações de pobreza estão para além da insuficiência de renda (Sen, 2010; Comim, 2021). As principais dimensões de pobreza encontradas na literatura apontam para quatro dimensões básicas: 1ª) Educação, 2ª) Saúde, 3ª) Condições Habitacionais e 4ª) Renda. Conforme a abordagem enfatiza, essas dimensões podem ser compreendidas como categorias básicas para definição multidimensional de pobreza, ou seja, para caracterizar e mensurar a pobreza é necessária uma estratégia que incorpore múltiplas dimensões (conjunto de necessidades básicas), e vá além da relação produto-renda.

Essa abordagem não exclui a importância da renda ou do crescimento econômico para o desenvolvimento e o combate à pobreza, mas enfatiza que esses elementos não necessariamente

⁴ Ver Pnud *et al.* (2016).

⁵ Optou-se por utilizar o termo no original visto a importância da nomenclatura para distinção e compreensão dos conceitos, como é explicado por Comim (2021). O termo em português “capacitações” é a tradução formal mais próxima da proposta de Sen, mas para explicar a origem e o real significado cunhado ao termo será necessário certa familiaridade com o significado no original, uma vez que apresentam distinções específicas.

asseguram condições de qualidade de vida e bem-estar. Ademais, para essa abordagem, é preciso analisar também outros aspectos que ajudam a entender o problema como um todo e assim, melhorar o desenvolvimento e a implementação das políticas públicas de combate às situações de pobreza, ou seja, acúmulo de privações.

O trabalho está estruturado, além desta introdução e das considerações finais, em três seções. A primeira seção trata sobre a discussão da pobreza ao longo dos anos e seus aspectos multidimensionais, buscando explicar a evolução da conceitualização da pobreza. Na segunda seção, trata-se acerca da abordagem das capacitações, a importância da teoria desenvolvida por Sen para explicar e mensurar pobreza multidimensional. Por fim, a terceira seção aborda os caminhos para mensurar a pobreza multidimensional, explicando as dimensões e não dispensando as críticas e limitações que se assume ao longo do processo.

1. A discussão sobre pobreza e seus aspectos multidimensionais

Ao longo do tempo, a caracterização e mensuração da pobreza passou por diversos aprimoramentos. Contudo, os primeiros estudos para investigar o fenômeno da pobreza surgiram na Inglaterra, no final do século 19. A primeira publicação foi de Charles Booth, com o livro de 1897 intitulado *Life and Labour of the People in London*, o qual analisa detalhadamente como ocorria as condições de trabalho e vida dos indivíduos e das famílias londrinas naquele período por meio de um comparativo das informações relacionadas às condições de pobreza aparente.

Booth (1897) examinou e classificou a condição de vida daquela população da amostra considerando a ocupação, as condições de trabalho e as condições de moradia. Em seu estudo, o autor classificou a população entre pobres e não pobres a partir da remuneração pelo trabalho realizado. A classificação utilizada analisou desde a parcela de indivíduos considerados pobres, que recebia uma pequena remuneração, até uma parcela de indivíduos cujo emprego ou rendimentos consistia em uma remuneração alta.

Na virada do século 19, o economista Benjamin Rowntree se inspirou no livro de Booth e sistematizou uma investigação sobre a pobreza para a população de York, na Inglaterra. O trabalho realizou entrevistas na casa da população no ano de 1899. A pesquisa foi publicada na obra *Poverty: A Study of Town Life* de 1901, definiu um padrão de pobreza absoluta, e sistematizou o conceito por meio da estipulação de uma renda necessária para suprir “(...) a despesa mínima necessária à manutenção da saúde meramente física [das famílias]” (Rowntree, 1901, p. 86).

Essa perspectiva de padrão de renda necessária definida por Rowntree é basicamente o estabelecimento de uma linha de pobreza, que se distingue entre primária e secundária⁶. Fundamentalmente, a pobreza primária trata-se da insuficiência de renda para suprir o que está relacionado às despesas com necessidades básicas de “caráter físico” como alimentação, moradia, vestuário, entre outras. A pobreza secundária, por sua vez, se configura quando existe renda suficiente para suprir as necessidades primárias das famílias, mas esses rendimentos são gastos com outras coisas que não estão relacionadas às necessidades básicas para subsistir fisicamente.

A metodologia e interpretação de pobreza de Rowntree não foram suas únicas contribuições para os estudos do campo de investigação da pobreza. Para além do seu método de estabelecer linhas de pobreza para auxiliar na classificação de pobres e não pobres, o autor destacou a gravidade das situações em que aquelas famílias enfrentavam no âmbito da saúde devido às condições em que se encontravam as moradias, e pela falta de saneamento básico, o que contrastava com a prosperidade do país⁷.

Assim, o fenômeno da pobreza pela perspectiva absoluta se consolidou enquanto interpretação teórica, e influenciou ativamente na tomada de decisões, uma vez que passou a dar suporte central para políticas adotadas no combate à pobreza nas décadas seguintes. Em 1980, o Banco Mundial lançou o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial que discutiu uma série de análises relacionadas ao desenvolvimento. No relatório, a pobreza é compreendida pela ótica absoluta, sendo definida como uma condição de vida caracterizada pela desnutrição, analfabetismo e doenças, estando abaixo de qualquer padrão definido como mínimo razoável. Além disso, o Relatório critica a atualização de uma mesma linha de pobreza para países distintos, como exemplo da Argentina e de Bangladesh, evidenciando também a importância da análise da pobreza relativa para reduzir a pobreza absoluta⁸.

⁶ A adoção de uma linha de pobreza pode variar, a exemplo, tem-se a linha internacional de pobreza extrema estipulada pelo Banco Mundial que já sofreu várias alterações ao longo dos anos. Atualmente o Banco Mundial estabelece a linha internacional de pobreza extrema como sendo de US\$2,15, ou seja, são considerados extremamente pobres todas as pessoas que vivem com menos de US\$2,15 por dia. Ver *World Bank* (2022).

⁷ “As the investigation into the conditions of life in this typical provincial town has proceeded, the writer has been increasingly impressed with the gravity of the facts which have unfolded themselves. That in this land of abounding wealth, during a time of perhaps unexampled prosperity, probably more than one-fourth of the population are living in poverty, is a fact which may well cause great searchings of heart. There is surely need for a greater concentration of thought by the nation upon the well-being of its own people, for no civilisation can be sound or stable which has at its base this mass of stunted human life. The suffering may be all but voiceless, and we may long remain ignorant of its extent and severity, but when once we realise it we see that social questions of profound importance await solution. What, for instance, are the primary causes of this poverty? How far is it the result of false social and economic conditions? If it be due in part to faults in the national character, what influences can be exerted to impart to that character greater strength and thoughtfulness?” (Rowntree, 1901, 304).

⁸ “The focus is on absolute poverty a condition of life so characterized by malnutrition, illiteracy and disease as to be beneath any reasonable definition of human decency. Yet within a particular society at a particular time, poverty is often (and for many purposes should be) defined relative to average living standards. It would be wrong, for example, to use the same poverty line in appraising policy, say, in Argentina and Bangladesh. Relative poverty is also important because the distribution of assets, incomes and power has a profound impact on prospects for reducing Absolute poverty” (World Bank, 1980, p. 32).

Townsend (1979) é incisivo quanto à conceitualização e aplicação da pobreza, discordando da interpretação de pobreza absoluta. O autor destaca que a pobreza só pode ser compreendida pela perspectiva relativa, “(...) *poverty can be defined objectively and applied consistently only in terms of the concept of relative deprivation*” (Townsend, 1979, p. 31). A pobreza então tem caráter subjetivo e as necessidades dos indivíduos são condicionadas pela sociedade em que vivem, de modo que as necessidades são diferentes de uma sociedade para outra. Assim, qualquer interpretação de pobreza como pobreza absoluta é inapropriada e errônea⁹.

Srinivasan (1977), por outro lado, ao tratar da discussão acerca da definição de pobreza e de alguns problemas quanto à medição, aborda uma visão mais crítica, que destaca a importância não só da renda para operacionalidade. O autor aponta que quando uma família não pode comprar um conjunto de bens básicos estabelecidos normativamente, isso não é fruto de incapacidade, é preciso que de fato essa renda esteja acessível às famílias, ou seja, existem outros elementos subjetivos na análise e é preciso que exista um apoio a essas famílias vulneráveis¹⁰.

No Brasil, Romão (1982) contribuiu para a discussão teórica sobre pobreza ao abordar detalhadamente os critérios que envolvem a conceitualização e a importância das noções de pobreza absoluta e relativa. Enfatizando que a pobreza “(...) implica muito mais do que meras considerações econômicas, nas necessidades não-econômicas como de auto-realização, liberdade, prestígio, participação na sociedade, etc., são muito difíceis de aferir” (Romão, 1982, p. 356). Entretanto, o autor destaca os limites quanto ao caráter relativo da pobreza principalmente no critério de medição, métodos esses que acabam por não abranger todas as dimensões que envolvem o problema de natureza relativa da pobreza. A adoção de um método mais pragmático, mesmo com problemas de ambiguidade se torna necessário diante da carência de alternativas¹¹.

De forma geral, a maioria dos estudos conceituam e medem o fenômeno da pobreza pela renda dos indivíduos. As percepções por meio do conceito de pobreza relativa, mesmo reconhecidas, enfrentam problemas para encontrar formas de superar as dificuldades em captar a subjetividade da abordagem. Crespo e Curovitz (2002) apontam que foi a partir de 1980 que os estudos sobre pobreza com base em uma perspectiva multidimensional começaram a aparecer e se intensificaram com a formulação teórica de Amartya Sen, a partir do conceito de privação de capacitações.

⁹ “*In fact, people’s needs, even for food, are conditioned by the society in which they live and to which they belong, and just as needs differ in different societies so they differ in different periods of the evolution of single societies. Any conception of poverty as ‘absolute’ is therefore inappropriate and misleading*” (Townsend, 1979, p. 38).

¹⁰ “*A household was defined as poor if it cannot afford to buy (at the going market prices) a normatively set bundle of basic goods, particularly food*” (Srinivasan, 1977, p. 1).

¹¹ “Esta é a posição que adotamos, que é bastante pragmática: reconhecemos a importância dos componentes não-materiais em qualquer avaliação geral da pobreza, mas, dados os problemas relacionados com sua mensuração e análise, tomamos o caminho mais conveniente de estudar apenas a pobreza material” (Romão, 1982, p. 356).

2. A abordagem das capacitações

A partir do reconhecimento de que a pobreza não se trata apenas de um fenômeno absoluto, ou seja, monetário, as teorias que buscavam explicar os aspectos subjetivos da pobreza ganharam força não só no campo das Ciências Econômicas, e contribuíram com os programas de organizações internacionais de combate a pobreza adotados pelos países. A teoria que mais se destacou nesse aspecto foi a desenvolvida pelo economista indiano Amartya Sen¹², conhecida como abordagem das capacitações ou do desenvolvimento humano.

Suas principais obras (SEN, 1999; 2001; 2009; 2010) influenciaram a interpretação do caráter da pobreza, e conseqüentemente as metodologias que buscam medir esse fenômeno¹³, além de influenciar internacionalmente nas diretrizes de combate à pobreza¹⁴. Para Sen, a pobreza “(...) deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação de pobreza” (SEN, 2010, p. 120).

Para entender a fundamentação teórica construída por esse conceito, em primeiro lugar é preciso entender a própria nomenclatura do conceito. Comim (2021) explica que não existe uma palavra em português que traduza explicitamente o conceito de “*capability*”. O termo “*capability*”, proposto por Sen, parte da junção de duas palavras, “*capacity*” (capacidade) e “*ability*” (habilidade). Ao ser traduzido, o conceito ficou conhecido como capacitações.

O autor expressa a importância em compreender o conceito na integridade, pois as capacitações em síntese vão significar um tipo de “liberdade”¹⁵. Essa liberdade está relacionada às habilidades e as capacidades individuais, bem como ao ideal de justiça no qual o Estado deve prover para os indivíduos mais vulneráveis da sociedade, em especial, aqueles que se encontram em situação de pobreza (Comim, 2021).

Assim, ao tratar das questões relacionadas à pobreza por meio dos aspectos relacionados à privação de liberdades, Amartya Sen desenha uma teoria com base em um ideal de justiça¹⁶. Nessa abordagem, o crescimento econômico de um país não expressa sua capacidade em assegurar bem-estar para todos os indivíduos da sociedade, e por sua vez, indicadores associados unicamente aos

¹² Ressalta-se que seus estudos no campo da defesa das questões sociais para o desenvolvimento econômico lhe renderam o Nobel de Economia em 1998, e servem como margem para trabalhos que analisam e operacionalizam desigualdade de renda, pobreza, fome e vulnerabilidade social a nível internacional.

¹³ Para uma reflexão mais profunda, ver também Sen (1976, 1980, 1981, 1985, 1987).

¹⁴ Um aprofundamento de como esse processo ocorre pode ser visto na seção 2 de Rodrigues (2019).

¹⁵ Novamente, Comim (2021) chama atenção para a tradução, explicando que em português só existe uma palavra para definirmos liberdade, porém em inglês existem duas palavras distintas, “*freedom*” e “*liberty*”. Sen utiliza-se do termo “*freedom*”, dada a distinção atribuída ao termo no inglês.

¹⁶ Cabe destacar que esse debate apresentou discordâncias entre as principais teorias da época. As interpretações sobre um ideal de justiça de Rawls (1971) e Nozick (1974) foram comparadas e criticadas. Em síntese, Rawls defendia uma abordagem utilitarista, tendo justiça como equidade, e Nozick apresentava justiça como liberdade no sentido de libertarianismo.

aspectos de expansão econômica também não expressam a capacidade dessa sociedade em garantir o bem-estar.

Para Sen (2010) pobreza é a privação de liberdades, e somente a partir da superação dessas formas de privações que a liberdade poderá ser alcançada. Destacando que a liberdade é primeiro um fim primordial, e o principal meio de desenvolvimento, nomeando-os respectivamente como “papel constitutivo” (são os fins: as liberdades substantivas) e “papel instrumental” (são os meios: as liberdades instrumentais) da liberdade para o desenvolvimento. Ademais, também aponta que existem cinco tipos de liberdades instrumentais, as quais basicamente tendem a contribuir para a capacidade geral de um indivíduo viver sua vida livremente, defendendo assim que as liberdades não são apenas um fim primordial, mas também os principais meios.

São elas: (i) liberdades políticas: referem-se às oportunidades de escolhas políticas, escolher quem governar, possibilidade de fiscalizar ou criticar; (ii) facilidades econômicas: referem-se às oportunidades que os indivíduos têm de usar os recursos econômicos, acesso a renda e disponibilidade de financiamento; (iii) oportunidades sociais: referem-se às disposições que a sociedade possui nas áreas de educação, saúde, etc.; (iv) garantia de transparência: refere-se à garantia de transparência como mecanismo inibidor de corrupção, irresponsabilidade financeira e transações ilícitas – trata-se da confiança entre os indivíduos; (v) segurança protetora: refere-se à garantia de uma rede de segurança social, como garantias de benefícios aos desempregados, etc.

De acordo com Comim (2021), ao afirmar que a pobreza parte da privação de capacidades básicas, Sen cria um nexo entre essas privações e o Estado, que assume o papel de provedor de políticas públicas, e torna-se o responsável por proporcionar os mecanismos instrumentais para auferir as devidas liberdades para os indivíduos. Assim, é papel do Estado atuar no fortalecimento e proteção do aumento da capacidade humana e da diminuição das privações, ou seja, da ausência de liberdade.

Martha Nussbaum buscou relacionar sua interpretação de Aristóteles com a abordagem das capacitações de Sen, apontando que existe uma lista de capacitações humanas básicas que devem ser defendidas, respeitadas e implementadas pelos governos de todas as nações (Nussbaum, 1988). É importante destacar o caráter flexível da lista, ou seja, nas palavras da autora, essa lista de capacidades sempre pode ser contestada e refeita (Nussbaum, 2000). Segundo Nussbaum (2000), as 10 capacidades humanas básicas são: *Life, Bodily Health, Bodily Integrity, Senses, Imagination, and Thought, Emotions, Practical Reason, Affiliation, Other Species, Play, Control over One's Environment*¹⁷.

¹⁷ “In this sense, the list remains open-ended and humble; it can always be contested and remade. Nor does it deny that the items on the list are to some extent differently constructed by different societies. Indeed, part of the idea of the list is its multiple realizability: its members can be more concretely specified in accordance with local beliefs and circumstances. It is thus designed to leave room for a reasonable pluralism in specification” (Nussbaum, 2000, p. 77).

Em complemento, Nussbaum enfatiza que cada elemento presente na lista são componentes separados, isso significa que não se pode satisfazer a necessidade de um deles compensando em outro, ou seja, todos são centrais e distintos em qualidade. Não se pode supor, por exemplo, que a ausência de liberdades políticas pode ser compensada com crescimento econômico¹⁸.

Kang (2011) explica que Amartya Sen vai além da questão da renda, apontando para uma visão mais “normativa” e “ética” do que é o desenvolvimento para além dos ideais de crescimento econômico ou industrialização dos países. Dessa forma, a percepção acerca do próprio conceito de pobreza também está além da visão tradicional de insuficiência de renda, trata-se de uma percepção de liberdades para o bem-estar, ou seja, privações relativas às liberdades em que diversas esferas de capacitações configuram a pobreza.

Levando em consideração a abordagem das capacitações, discussões sobre o caráter multidimensional da pobreza tem se tornado cada vez mais presente nos estudos que analisam as questões que envolvem o tema. Desde o final do século 20 esse tipo de perspectiva tem ganhado força entre os entusiastas do tema. Segundo o PNUD (1990), a compreensão de que a renda é uma boa *proxy* para caracterizar e medir todas as escolhas humanas é apenas parcialmente verdadeira.

Dada a importância do conceito apresentado por Sen, Deepa Narayan expandiu as contribuições ao analisar a pobreza a partir de estudos desenvolvidos pelo Banco Mundial desde 1993. Narayan (2000) no Relatório para o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 intitulado “*VOICES OF THE POOR: Can Anyone Hear Us?*”, reuniu as opiniões, experiências e aspirações de mais de 60.000 homens e mulheres pobres de 60 países. Para isso, a autora utilizou do método de Avaliações Participativas sobre a Pobreza (APP's), entrevistando essa população para identificar como os pobres enxergam as manifestações de pobreza.

Uma das principais conclusões que o estudo aponta é que a pobreza é um fenômeno social multidimensional e que a interpretação de suas definições e causas variam de acordo com contextos sociais, econômicos, sexo ou idade. Assim, a pobreza pode ser descrita como a falta de capacidade de gerar renda, a falta de bens materiais ou pode ser definida como insegurança alimentar¹⁹.

A ideia de pobreza multidimensional, portanto, é algo que vai além de evidências materiais de pobreza e, apesar de não negar a sua existência, a coloca como apenas uma das múltiplas

¹⁸ “The list is, emphatically, a list of separate components. We cannot satisfy the need for one of them by giving a larger amount of another one. All are of central importance and all are distinct in quality [...] we should not suppose, for example, that the absence of the political liberties would be made up for by tremendous economic growth, although the use of a single measure might easily make one think in this way” (Nussbaum, 2000, p. 81).

¹⁹ “The evidence suggests that poverty is a multidimensional social phenomenon. Definitions of poverty and its causes vary by gender, age, culture, and other social and economic contexts. For example, in both rural and urban Ghana men associate poverty with a lack of material assets, whereas for women poverty is defined as food insecurity. Generational differences emerge as well. Younger men in Ghana consider the ability to generate an income as the most important asset, whereas older men cite as most important the status connected to a traditional agricultural lifestyle” (Narayan, 2000, p. 32).

dimensões que explicam a condição de privações. Assim, entender a pobreza como fenômeno multidimensional é enxergar elementos subjetivos que envolvem a pobreza, seja para caracterizá-la ou para medi-la.

Segundo Crespo e Gurovitz (2002) muitos fatores convergem para tornar a pobreza um fenômeno multidimensional inter-relacionado, ou seja, a pobreza e suas causas variam conforme idade, gênero, cultura e outros contextos sociais e econômicos. A exemplo, existe o aspecto psicológico da pobreza, e é comum que os pobres tenham consciência da sua situação, isto é, sua falta de voz, poder e independência, o que os torna sujeitos a exploração²⁰.

Nessa perspectiva, a caracterização e captação da pobreza envolve uma compreensão multidimensional. Autores como Rodrigues (2019) e Rosa (2021) apresentam estudos sobre a pobreza multidimensional na Região Norte do Brasil, com ênfase na diferenciação entre pobreza urbana e rural. Ambos os estudos apontam a importância em dimensionar a caracterização da pobreza separando-as em urbana e rural, pois a partir da compreensão da pobreza como algo multidimensional, a dimensão territorial também influencia a análise e permite um aprofundamento sobre as especificidades que envolvem as questões urbanas e rurais.

Serra (2017) também utiliza dessa dimensão territorial para análise de pobreza, mas realiza a análise a nível nacional a partir do olhar sobre a pobreza urbana e rural para o Brasil. Autores que também realizam uma diferenciação entre pobreza urbana e pobreza rural nos estudos são Kageyama (2008), Helfand e Del Grossi (2009), Helfand e Pereira (2012), Balsadi (2012) e Buainain *et al.* (2013). Assumir essa diferenciação demonstra que a pobreza se diferencia em áreas rurais e urbanas, e a separação entre essas categorias de análise são descritas como fundamentais para captar os elementos de diferenciação que esse tipo de abordagem sobre pobreza prioriza.

A necessidade de especificar as dimensões em estudos sobre pobreza, segundo Alkire (2002), envolve diversos motivos. Além do caráter multidimensional da pobreza, outro motivo está relacionado às metodologias efetivas. Ainda, é preciso um conjunto de dimensões que pode auxiliar grupos a identificar impactos não intencionais e, por fim, a razão final é referente ao próprio campo das ideias, teorias que não são “amigáveis” não se espalham.

A questão multidimensional é complexa, e a incorporação de análises multidimensionais é um processo que exige algumas especificidades, como por exemplo, a escolha das dimensões. De acordo com Alkire (2008) muitos estudos que trabalham com pobreza multidimensional em suas análises não explicam o motivo das escolhas das dimensões, e isso sugere que a escolha das

²⁰ “Os pobres têm consciência de sua falta de voz, poder e independência que os sujeita à exploração. A pobreza os deixa mais vulneráveis à humilhação e ao tratamento desumano pelos agentes públicos e privados a quem, frequentemente, solicitam ajuda. Os pobres também falam sobre a dor causada pela inevitável ruptura com as normas sociais e sua incapacidade de manter sua identidade cultural por meio da participação em tradições, festivais e rituais. A incapacidade de participar na vida comunitária leva a uma ruptura das relações sociais” (Crespo; Gurovitz, 2002, p. 9).

dimensões ocorre por conveniência. Desse modo, o autor aponta que, para as análises de pobreza multidimensional, é necessário explicar como e o porquê da escolha das dimensões.

Portanto, segundo essa abordagem, aspectos que envolvem o processo de crescimento econômico e de acumulação de capital físico e humano não necessariamente caracterizam o fenômeno da pobreza. A pobreza, como fenômeno social e econômico, é explicada em termos de capacitações, ou seja, existe uma questão para além da renda que explica realmente a condição de pobreza. Ressalta-se que está relacionado a privações o que o indivíduo gostaria e o que ele tem.

3. Caminhos para mensuração da pobreza multidimensional

Levando em consideração a abordagem das capacitações, qual seria o melhor método de medir a pobreza? Segundo Kerstenetzky (2000), ao analisar as perspectivas de Sen percebe-se que sua teoria rejeita a noção de que existe um único método para todos os temas, uma vez que essa percepção se mostra equivocada, é necessário que um tema base possua “vários métodos”. Logo, não existe um único método que irá medir a pobreza na totalidade, mas métodos distintos capturam dimensões específicas de pobreza, que combinados podem contribuir para análises sobre a pobreza real.

Mas o que é uma dimensão? Em síntese refere-se a um conjunto ou categoria, ou seja, uma parte do todo. Por mais que possa parecer simples, a totalidade da resposta é complexa. Primeiro, é preciso considerar que a palavra “dimensões” está relacionada à abordagem das capacitações de Amartya Sen. Como citado anteriormente, a pobreza não é definida pela renda, consumo, etc., mas por um conjunto de privações de capacitações. As capacitações, por sua vez, referem-se aos tipos de liberdades. De modo que as capacitações não se limitam a uma única esfera social ou econômica.

Esse tipo de interpretação sugere que existe um estado de bem-estar social mínimo aceitável, ou melhor, é necessário garantir as capacidades dos indivíduos de levar o tipo de vida que elas valorizam. Nos estudos de pobreza, as dimensões referem-se ao conjunto de elementos que foram utilizados para capturar a pobreza, e que nesse caso pode ocorrer através de análises unidimensionais ou multidimensionais.

Unidimensional é quando apenas uma dimensão é utilizada, por exemplo, o estudo irá capturar a pobreza por meio de um índice de renda *per capita*, ou seja, buscará explicar a pobreza pela dimensão da renda. A análise multidimensional é quando ocorre a incorporação de mais de uma dimensão para explicar a pobreza, por exemplo, irá capturar a pobreza por meio de um índice de renda *per capita*, um índice de educação e um índice de saúde, portanto, buscará explicar a pobreza pelas dimensões da renda, da educação e da saúde.

Para a abordagem das capacitações não existe um modelo a ser seguido, Sen não indica um método que deve ser usado em detrimento de outro, ele elabora uma teoria que busca em certa medida fundamentar a operacionalização para explicar e capturar a pobreza. Pobreza em suas múltiplas dimensões, o qual as pessoas são o centro da análise. Não é a renda que importa, são as pessoas, as instituições, especialmente o Estado precisa implementar medidas de enfrentamento a essas situações de pobreza.

O movimento de construção de uma análise de pobreza multidimensional a partir da abordagem das capacitações presume algumas etapas a serem consideradas. Primeiro, é preciso identificar quais as dimensões que serão utilizadas para a evidenciar as situações de pobreza. Segundo, é necessário selecionar os dados que irão compor cada dimensão referente à situação de pobreza, seja para criação de um índice de pobreza multidimensional ou para uma análise de tabulação de dados secundários. Ressalta-se, que o método procedural que for escolhido precisa considerar complexidade e sofisticação quanto ao rigor metodológico necessários nesse tipo de abordagem.

Caso vise a criação de um índice agregado linear que condense as dimensões, alguns procedimentos estatísticos específicos devem ser selecionados, como por exemplo, sobre quais serão os critérios para atribuição dos pesos aos indicadores. Caso opte-se por hierarquização, por qual modo ocorre o ranqueamento das categorias por pesos precisa ser apresentado. Nesses casos, seria melhor separar alguma das dimensões e construir índices agregados separados? Tais questionamentos sugerem que existem muitos desafios quanto a esses processos metodológicos.

Não existe uma única resposta para esses questionamentos, o caminho para tomada dessas decisões não é óbvio e nem foi estipulado por Sen. Na literatura econômica, as estratégias adotadas são distintas, há aqueles que criticam e os que apoiam os diferentes métodos empregados, seja o método Alkire-Foster (2009, 2011), seja o método Conjuntos *Fuzzy* empregado por exemplo em Carvalho *et al.* (2007), também Diniz e Diniz (2009), Pacheco *et al.* (2010), Ottonelli e Mariano (2014), entre outros²¹.

O método AF só permite utilizar dados de uma única fonte para selecionar os indicadores que compõem as dimensões. Já no método de Conjuntos *Fuzzy* é possível utilizar bases de dados distintas para seleção dos indicadores que irão compor as dimensões. A ampla maioria dos trabalhos internacionais e nacionais que se utilizam desses procedimentos metodológicos têm pelo menos três dimensões que são consideradas básicas: educação, saúde e renda. Entretanto, um método não é considerado superior ao outro. Além disso, Medeiros (2012) aponta que a melhor forma é utilizar mais de um indicador para capturar a pobreza²².

²¹ Originalmente, o método de conjuntos *fuzzy* trata-se do instrumento matemático de Zadeh (1965).

²² Ou seja, esses métodos podem ser utilizados juntos com outros e se complementam na análise, sendo possível resultados mais concretos sobre a real situação de pobreza.

A construção de uma análise ou índice de pobreza multidimensional, independente da abordagem das capacitações, é complexa e torna necessário o cuidado quanto a abordagem teórica, a seleção dos indicadores e dos pesos pelo pesquisador, a fim que se evite arbitrariedade na construção da pesquisa²³. Alkire (2002, 2008) destaca que o principal elemento é a questão de especificar os motivos de escolha da dimensão, e o critério técnico que fundamenta os componentes (pesos e indicadores).

Outro caminho sugerido pela literatura que usa do instrumental das capacitações para interpretação da pobreza multidimensional é obter os elementos que contemplam as situações de privação das capacitações humanas (liberdades) a nível individual. É importante ter ciência que os dados levantados explicam, mesmo que correlacionados, apenas aquela dimensão a qual os indicadores são relacionados. A correlação entre as dimensões e os indicadores são adotadas pelo pesquisador, e cabe ao avaliador concordar ou discordar.

Nesse caso, um dos principais elementos que envolve essa metodologia é a transparência. Todos os processos que envolvem a construção das dimensões, dos indicadores e dos pesos (no caso da construção dos índices) expostos contribuem para a eliminação de arbitrariedades e contribuem para compreensão do funcionamento do estudo. Assume-se que os procedimentos adotados pelos pesquisadores são capazes de evidenciar e analisar situações de pobreza multidimensional.

No arcabouço teórico da abordagem das capacitações, a pobreza pode ser caracterizada por meio dos aspectos relacionados à privação de capacidades humanas básicas, ou seja, pelas formas de liberdades dos indivíduos. Mesmo que tenha contribuído para novas formas de compreensão do que é pobreza, indo além do aspecto econômico do crescimento econômico de um país ou da renda, e que esses instrumentos não necessariamente expressam a capacidade em assegurar bem-estar para todos os indivíduos da sociedade, ou seja, a abordagem não está isenta de críticas.

Existem críticas aos métodos que utilizam dessa abordagem, principalmente devido à possibilidade de arbitrariedade na construção dos Índices (Ravallion, 2011; 2016). Mas as críticas não se limitam apenas ao método, a fundamentação teórica também possui suas divergências. A abordagem das capacitações de Sen foi criticada por Rawls (1971), Mendonça (2012) e por Máximo (2018), que discordam quanto à implicação dos ideais de justiça, a falta da associação da pobreza com a dinâmica de exploração capitalista e a redução da ideia de liberdade ao nível da ação do sujeito, respectivamente.

Em Silva *et al.* (2022) tem-se que a abordagem das capacitações possui duas ausências principais: a omissão do elemento estrutural e a não consideração do espaço. O primeiro ponto se refere ao foco nas condições individuais e na omissão de que o capitalismo como modo de reprodução

²³ Ver Ravallion (2011, 2016).

da vida produz, por suas características intrínsecas, várias mazelas sociais como no caso das situações de pobreza e das desigualdades. No segundo ponto, ao não considerar como uma variável relevante para a análise o espaço onde se materializam as relações sociais, Sen impõe outra crítica a sua abordagem, especialmente em análises regionais como no caso da Amazônia. Não reconhecer o caráter espacial do problema, devido às especificidades na formação histórica e social limita a proposta, “As restrições pelo uso e posse da terra, o acesso aos recursos existentes e o conflito são elementos inerentes ao processo de formação territorial e que também influenciam nas condições de pobreza dos indivíduos” (Silva *et al*, 2022, p. 233).

Portanto, mesmo com a influência abrangente e importância da abordagem de Amartya Sen, ainda assim, há limitações. Sen não aborda as relações de produção capitalista, a lógica de acumulação capitalista ou o fato de como o capitalismo contribui para naturalizar a pobreza. Elementos esses discutidos e explicados há muito tempo por Karl Marx, especialmente em relação “a influência que o aumento do capital tem sobre a sorte a classe trabalhadora” (MARX, 1994, l. 1, v. 2, p. 742), que em síntese se converte em pobreza em função dessa lei tendencial característica do capitalismo. A formação do exército industrial de reserva e do pauperismo são produtos necessários, segundo a abordagem do Marx, para o desenvolvimento da riqueza dentro do capitalismo, e conseqüentemente as manifestações das situações de pobreza.

Para além da necessidade de avançar nas limitações da abordagem de Sen, é preciso também questionar a valorização excessiva do método, não se pode cair no dilema do método pelo método, a importância central é explicar a realidade. Se o instrumento possibilita captar esses elementos ele cumpre o seu papel, mas não é o método que precisa se sobressair na análise. Não se pode perder de vista que a reflexão da realidade é o que substancialmente importa, como esse método reflete na realidade e irá impactar direta ou indiretamente na vida das pessoas e da sociedade.

Abordagens sobre pobreza e desenvolvimento humano necessitam de críticas à natureza sistêmica do problema. Defende-se que apesar dos avanços, talvez seja a ausência desses elementos na abordagem das capacitações que ainda a torne insuficiente para resolver definitivamente os problemas da pobreza e garantir o bem-estar das pessoas. Ademais, em acordo com Medeiros (2023), as classificações sociais buscando definir pobreza ou desigualdade são instrumentos de poder, não apenas uma questão de escolha técnica. Isso porque tais definições e medidas têm efeitos concretos na vida das pessoas, sendo assim, devem ser tratados como assunto político, ou seja, de interesse de toda a sociedade.

Considerações finais: importância e crítica

O conceito de pobreza evoluiu ao longo das últimas décadas, a interpretação da pobreza em termos absolutos passou a não ser a única forma para explicar o fenômeno. A pobreza relativa e os elementos subjetivos que envolvem a problemática passaram cada vez mais a fundamentar as novas teorias sobre o tema, buscando respostas e mecanismos que permitissem entender a totalidade do problema.

Alternativas como a abordagem das capacitações de Amartya Sen influenciaram estudos e projetos governamentais, como os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e atualmente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, denotando a importância da análise multidimensional para a perspectiva de desenvolvimento por meio da superação das privações a partir da liberdade. O reconhecimento da pobreza como um fenômeno multidimensional não é algo óbvio, esse tipo de abordagem é complexa e demanda esforços para relacionar o campo das ideias com a prática da operacionalidade.

O entendimento da pobreza como acúmulo sucessivo de privações de liberdades é um grande desafio teórico e instrumental. A abordagem das capacitações proposta por Sen, no entanto, não é isenta de críticas. Por fim, ressalta-se que o trabalho buscou explorar os aspectos necessários que envolvem a caracterização e a captação da pobreza multidimensional, expondo as limitações e contradições que existem. Entretanto, posicionou-se de modo crítico, reconhecendo a limitação e dificuldades que envolvem esse tipo de abordagem proposta.

Portanto, reforça-se que a teoria de Amartya Sen não tem pretensão de ditar o que seria ou não uma vida digna para cada pessoa, nem qual o melhor método a ser utilizado, o que existe é uma tentativa em direcionar os funcionamentos básicos da vida a uma opção de escolha individual, e elaborar uma teoria que fundamente e amplie a operacionalização do conceito de pobreza. Isso pode auxiliar no enfrentamento dos desafios que as nações, regiões e indivíduos encontram frente o combate à situações de pobreza.

Referências bibliográficas

ALKIRE, S. **Dimensions of human development**. World Development, v. 30, n. 2, p. 181-205, 2002. Disponível em: <Link>. Acesso em: 05 fev. 2024.

ALKIRE, S. Choosing dimensions: the capability approach and multidimensional poverty. University Library of Munich: **Munich Personal RePEc Archive** (MPRA Paper n. 8.862), May. 2008. Disponível em: <Link >. Acesso em: 05 fev. 2024.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty Measurement, Oxford Poverty and Human Development Initiative. **OPHI Working Paper**, n. 7, 2009.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, v. 95, p. 476-487, 2011.

BALSADI, O. Emprego na agricultura brasileira: notas de subsídios para as políticas públicas de erradicação da pobreza. In: BUAINAIN, A. M. et. al. **A nova cara da pobreza rural: desafios para**

as políticas públicas. Brasília: IICA, 2012, p. 287-317. (Série desenvolvimento rural sustentável; v. 16).

BOOTH, C. **Life and labour of the people in London.** London: Macmillan, 1897.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUAINAIN, A. M. ET AL. Características regionais da pobreza rural no Brasil: algumas implicações para políticas públicas. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional.** Brasília: IICA, 2013, cap. 2. (Série desenvolvimento rural sustentável; v. 17).

CARVALHO, M. ET AL. Uma aplicação da teoria dos conjuntos fuzzy na análise da pobreza: o caso das Regiões Metropolitanas do Sudeste brasileiro – 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC), 35. 2007, Recife. Anais eletrônicos. Recife: Anpec, 2007. Disponível em: <Link>. Acesso em: 07 fev. 2024.

COMIM, F. Operationalizing sen's capability approach. In: CONFERENCE JUSTICE AND POVERTY: EXAMINING SEN'S CAPABILITY APPROACH, 2001, Cambridge, Inglaterra. Anais eletrônicos. Disponível em: <Link>. Acesso em: 22 jan. 2024.

COMIM, F. **Além da liberdade: anotações críticas do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen.** ISBN: 9798742219323. 2021.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002. Disponível em: <Link>. Acesso em: 22 jan. 2024.

DINIZ, M.; DINIZ, M. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. **Economia Aplicada**, v.13, n.3. 2009.

HELFAND, S. M.; DEL GROSSI, M. E. El boom agrícola y la pobreza rural en Brasil. In: GRAZIANO DA SILVA, José; GÓMEZ E., Sergio; CASTAÑEDA S., Rodrigo (Ed.). **Boom agrícola y persistência de la pobreza rural: estudio de ocho casos.** Roma: FAO, 2009, p. 103-128.

HELFAND, S. M.; PEREIRA, V. **Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil.** In: BUAINAIN, A. M. et. al. A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas. Brasília: IICA, 2012, p. 121-159. (Série desenvolvimento rural sustentável; v. 16).

HOWDEN-CHAPMAN, P. **Housing standards: a glossary of housing and health.** Journal of Epidemiology & Community Health. Vol. 58, UK, 2004. Disponível em: <Link>. Acesso em: 01 fev. 2023.

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Relatórios Nacionais de Acompanhamento.** Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <Link>. Acesso: 04 mar. de 2024.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. (Série Estudos Rurais).

KANG, T. H. Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 3 (123), pp. 352-369, julho-setembro/2011.

KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira De Ciências Sociais** – Vol. 15 nº 42 fevereiro/2000.

KRETER, A. C. ET AL. Condições Habitacionais como um Indicador de Pobreza nas Áreas Rurais do Nordeste Brasileiro. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 46, n. 1, p. 77-96, jan. – mar., 2015. Disponível em: <Link>. Acesso em: 04 fev. 2024.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política: livro 1.** 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994. V. I e II.

MÁXIMO, M. Desenvolvimento sem liberdade: uma análise crítica do pensamento de Amartya Sen. **Cadernos do Desenvolvimento**, 8, n. 13, p. 57- 67, 2018.

MEDEIROS, M. **Medidas de desigualdade e pobreza.** Brasília: EdUnB, 2012.

MEDEIROS, M. **Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade.** Companhia das Letras, 2013.

MENDONÇA, L. J. V. P. Políticas sociais e luta de classes: uma crítica a Amartya Sen. **Textos e Contextos**, v. 11, n. 1, p. 65 – 73, 2012. Disponível em: <Link>. Acesso em: 05 mar. 2024.

NARAYAN, D. **Voices of the poor - Can anyone hear us?** Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

NOZICK, R. **Anarchy, State and Utopia**. Oxford: Blackwell, 1974.

NUSSBAUM, M. C. **Women and human development: The capabilities approach**. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

NUSSBAUM, M. **Nature, function and capability: Aristotle on political distribution**. Oxford studies in ancient philosophy, supplementary volume (Vol. 6) (pp. 145–184). Oxford: Clarendon Press. 1988.

OTTONELLI, J.; MARIANO, J. L. Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, Rio de Janeiro, set./out. 2014. Disponível em: <Link>. Acesso em: 23 fev. 2024.

OXFAM. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Oxfam, Brasil, novembro de 2021. Disponível em: <Link>. Acesso: 10 jan. de 2024.

PACHECO, K. ET AL. Pobreza fuzzy multidimensional: uma análise das condições de vida na Zona Oeste do Rio de Janeiro 1991 a 2000. Niterói, RJ: **Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento**, 2010. (Cede, Texto para discussão n. 30).

RAVALLION, M. On multidimensional indices of poverty. **The Journal of Economic Inequality**, v. 9, n. 2, p. 235-248, 2011.

RAVALLION, M. **The economics of poverty: history, measurement, and policy**. New York: Oxford University Press, 2016.

RAWLS, J. **A theory of justice**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1971.

RODRIGUES, D. L. **Pobreza multidimensional, território e meios de vida na região da ilha das onças, município de Barcarena – PA**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Belém, 2019.

ROMÃO, M. E.C. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 355-370, Out./Dez. 1982.

ROSA, S. S. **Pobreza multidimensional e dinâmica espaço-temporal na Região Norte do Brasil**. 2021, 147 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós Graduação em economia do Desenvolvimento. PUCRS.

ROWNTREE, B. S. **Poverty: a study of town life**. London: Macmillan, 1901.

SEN, A. K. **Poverty: An Ordinal Approach to Measurement**. *Econometrica*, vol. 44, n. 2, 1976, pp. 219–31.

SEN, A. K. “Equality of What”. In: SEN, A.K. **Choice, welfare and measurement**. Cambridge: Harvard University Press. 1980.

SEN, A. K. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Oxford Univ. Press, 1981.

SEN, A. K. **Commodities and capabilities**. Amsterdam: North Holland, 1985.

SEN, A. K. **The standard of living**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SEN, A. K. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. K. **The Idea of Justice**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de letras, 2010.

SILVA, D. N. ET AL. Saneamento básico e pobreza na Amazônia: um diagnóstico para a região de Carajás. **Novos Cadernos NAEA** 25(4). 2022. Disponível em: <Link>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SRINIVASAN, T. N. **Poverty: Some measurement problems**. World Bank, 1977. Disponível em: <Link>. Acesso em: 15 jan. 2024.

TOWNSEND, P. **Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living**. Univ of California Press, 1979.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Human Development Report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <Link>. Acesso em: 06 mar. 2024.

PNDU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA. o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FJP. Fundação João Pinheiro. **Desenvolvimento humano nas macrorregiões**

brasileiras: 2016. – Brasília: PNUD: IPEA: FJP, 2016. Disponível em: <Link>. Acesso em: 12 jan. 2024.

WORLD BANK. **World Development Report 1980.** Washington, DC, 1980. Disponível em: <Link>. Acesso em: 06 fev. 2024.

WORLD BANK. **Brazil poverty and equity assessment: looking ahead of two crises.** Washington, D.C, 2022. Disponível em: <Link>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ZADEH, L. A. Fuzzy sets. **Information and Control**, v. 8, p. 338-353, 1965. Disponível em: <Link>. Acesso em: 04 fev. 2024.